

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013	9
DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012	10
Demonstração do Valor Adicionado	11
Comentário do Desempenho	12
Notas Explicativas	17

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	46
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2013
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	270.386
Preferenciais	0
Total	270.386
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	23/04/2013	Dividendo	24/04/2013	Ordinária		0,06667
Reunião do Conselho de Administração	23/04/2013	Juros sobre Capital Próprio	24/04/2013	Ordinária		0,01705
Reunião do Conselho de Administração	21/05/2013	Dividendo	21/05/2013	Ordinária		0,26528
Reunião do Conselho de Administração	21/05/2013	Dividendo	21/05/2013	Ordinária		0,93670
Reunião do Conselho de Administração	21/05/2013	Dividendo	21/05/2013	Ordinária		0,34199
Reunião do Conselho de Administração	21/05/2013	Juros sobre Capital Próprio	21/05/2013	Ordinária		0,00568
Reunião do Conselho de Administração	26/06/2013	Dividendo	26/06/2013	Ordinária		0,07877
Reunião do Conselho de Administração	26/06/2013	Juros sobre Capital Próprio	26/06/2013	Ordinária		0,00587

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	1.628.256	1.134.690
1.01	Ativo Circulante	550.224	109.745
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	447.274	16.107
1.01.02	Aplicações Financeiras	27.706	28.498
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	27.706	28.498
1.01.02.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	27.706	28.498
1.01.03	Contas a Receber	54.738	55.909
1.01.03.01	Clientes	54.679	55.891
1.01.03.01.01	Clientes	14.735	12.228
1.01.03.01.02	Clientes - Partes Relacionadas	39.944	43.663
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	59	18
1.01.03.02.01	Creditos com Partes Relacionadas	59	18
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.217	88
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2.217	88
1.01.07	Despesas Antecipadas	4.842	1.746
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	13.447	7.397
1.01.08.03	Outros	13.447	7.397
1.01.08.03.01	Outros Créditos	13.447	7.397
1.02	Ativo Não Circulante	1.078.032	1.024.945
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	8.556	7.531
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	0	39
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	0	39
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	8.556	7.492
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	8.556	7.492
1.02.03	Imobilizado	29.101	36.154
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	29.101	36.154
1.02.04	Intangível	1.040.375	981.260
1.02.04.01	Intangíveis	1.040.375	981.260

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	1.628.256	1.134.690
2.01	Passivo Circulante	212.566	360.671
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	4.717	4.754
2.01.01.01	Obrigações Sociais	4.717	4.754
2.01.02	Fornecedores	14.448	14.471
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	14.448	14.471
2.01.03	Obrigações Fiscais	7.208	8.449
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	7.208	8.449
2.01.03.01.02	Impostos, Taxas e Contribuições a recolher	7.023	8.269
2.01.03.01.03	Programa de Recuperação Fiscal - REFIS	185	180
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	122.842	133.650
2.01.04.02	Debêntures	122.842	133.458
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	0	192
2.01.05	Outras Obrigações	48.654	172.631
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	15.032	8.224
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	4.999	4.723
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	10.033	3.501
2.01.05.02	Outros	33.622	164.407
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.268	129.573
2.01.05.02.04	Credor pela Concessão	16.916	16.703
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	15.438	18.131
2.01.06	Provisões	14.697	26.716
2.01.06.02	Outras Provisões	14.697	26.716
2.01.06.02.04	Provisão para Manutenção	6.264	16.538
2.01.06.02.06	Provisão para imposto de renda e contribuição social	8.433	10.178
2.02	Passivo Não Circulante	1.032.965	204.549
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	913.431	92.848
2.02.01.02	Debêntures	913.431	92.848
2.02.02	Outras Obrigações	49.336	53.304
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	3
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	0	3
2.02.02.02	Outros	49.336	53.301
2.02.02.02.03	Credor pela Concessão	46.288	50.321
2.02.02.02.04	Programa de Recuperação Fiscal - REFIS	581	605
2.02.02.02.05	Outras Contas a Pagar	2.467	2.375
2.02.03	Tributos Diferidos	5.647	1.800
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	5.647	1.800
2.02.04	Provisões	64.551	56.597
2.02.04.02	Outras Provisões	64.551	56.597
2.02.04.02.04	Provisão para perda tributária, trabalhista e cível	17.676	17.946
2.02.04.02.05	Provisão para Manutenção	44.692	36.552
2.02.04.02.06	Provisão para Obras Futuras	2.183	2.099
2.03	Patrimônio Líquido	382.725	569.470
2.03.01	Capital Social Realizado	302.547	302.547
2.03.01.01	Subscrito	314.052	314.052
2.03.01.02	A Integralizar	-11.505	-11.505

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2.03.02	Reservas de Capital	105	81
2.03.02.07	Plano de Opção com Base em Ações	105	81
2.03.04	Reservas de Lucros	60.509	266.842
2.03.04.01	Reserva Legal	60.509	60.509
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	0	206.333
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	19.564	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	227.529	441.243	172.952	366.564
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-108.997	-187.564	-64.880	-130.486
3.03	Resultado Bruto	118.532	253.679	108.072	236.078
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-10.331	-22.672	-15.569	-27.821
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-10.320	-22.645	-15.537	-27.789
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-11	-27	-32	-32
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	108.201	231.007	92.503	208.257
3.06	Resultado Financeiro	-16.592	-25.154	-15.607	-26.379
3.06.01	Receitas Financeiras	12.259	13.627	2.062	4.600
3.06.02	Despesas Financeiras	-28.851	-38.781	-17.669	-30.979
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	91.609	205.853	76.896	181.878
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-29.584	-66.857	-24.225	-58.084
3.08.01	Corrente	-28.422	-62.794	-21.501	-53.970
3.08.02	Diferido	-1.162	-4.063	-2.724	-4.114
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	62.025	138.996	52.671	123.794
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	62.025	138.996	52.671	123.794
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,22939	0,51407	0,19480	0,45784

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
4.01	Lucro Líquido do Período	62.025	138.996	52.671	123.794
4.03	Resultado Abrangente do Período	62.025	138.996	52.671	123.794

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	183.660	149.041
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	303.402	266.790
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	205.853	181.878
6.01.01.02	Depreciação e amortização	36.642	34.693
6.01.01.03	Baixa do ativo imobilizado e intangível	6.768	3.140
6.01.01.04	Receita financeira de títulos e valores mobiliários - vinculados	-1.105	-198
6.01.01.05	Encargos financeiros e variação monetária sobre financiamentos, empréstimos e debêntures	32.879	22.414
6.01.01.06	Variação monetária sobre credor pela concessão	3.631	4.834
6.01.01.07	Constituição de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis e atualização monetária	1.510	2.100
6.01.01.08	Atualização monetária de provisão p/ manutenção e provisão para construção de obras futuras	1.201	1.202
6.01.01.10	Prêmio de opções de ações	24	22
6.01.01.11	Constituição de provisão para manutenção	15.999	16.705
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-119.742	-117.749
6.01.02.01	Clientes	1.212	4.957
6.01.02.02	Tributos a recuperar	-2.129	-1.527
6.01.02.03	Despesas antecipadas	-3.096	1.052
6.01.02.04	Outros créditos e depósitos judiciais	-7.114	-1.236
6.01.02.05	Fornecedores	-23	-3.853
6.01.02.06	Obrigações sociais e trabalhistas	-37	247
6.01.02.07	Impostos, taxas e contribuições a recolher	-1.246	-1.339
6.01.02.08	Partes relacionadas - fornecedores - contas a receber	6.803	-1.602
6.01.02.09	Pagamento de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	-1.780	-4.079
6.01.02.10	Outras contas a pagar	-2.601	1.606
6.01.02.11	Imposto de renda e contribuição social pagos	-64.539	-57.394
6.01.02.12	Pagamento de manutenção e construção de obras	-19.250	-26.746
6.01.02.13	Juros pagos	-25.726	-27.836
6.01.02.14	Tributos diferidos	-216	1
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-95.472	-21.230
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-3.187	-2.800
6.02.02	Aquisição de intangível	-92.285	-18.430
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	342.979	-122.505
6.03.01	Credor pela concessão	-7.451	-7.121
6.03.02	Títulos e valores mobiliários - vinculados	1.897	4.115
6.03.03	Captação de empréstimos e financiamentos - terceiros	851.182	0
6.03.04	Pagamento de empréstimos, arrendamento mercantil e debêntures	-48.560	-48.835
6.03.05	Programa de Recuperação Fiscal - REFIS	-19	5
6.03.06	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-454.070	-70.669
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	431.167	5.306
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	16.107	31.969
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	447.274	37.275

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	302.547	81	266.842	0	0	569.470
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	302.547	81	266.842	0	0	569.470
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	24	-206.333	-119.432	0	-325.741
5.04.06	Dividendos	0	0	-206.333	-110.430	0	-316.763
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-9.002	0	-9.002
5.04.08	Plano de opção com base em ações	0	24	0	0	0	24
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	138.996	0	138.996
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	138.996	0	138.996
5.07	Saldos Finais	302.547	105	60.509	19.564	0	382.725

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	302.547	31	69.905	0	0	372.483
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	302.547	31	69.905	0	0	372.483
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	22	0	-10.862	0	-10.840
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-10.862	0	-10.862
5.04.08	Plano de opção com base em ações	0	22	0	0	0	22
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	123.794	0	123.794
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	123.794	0	123.794
5.07	Saldos Finais	302.547	53	69.905	112.932	0	485.437

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
7.01	Receitas	476.441	399.199
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	391.582	362.286
7.01.02	Outras Receitas	17.920	18.641
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	66.939	18.272
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-158.226	-108.901
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-140.878	-87.384
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-17.348	-21.517
7.03	Valor Adicionado Bruto	318.215	290.298
7.04	Retenções	-36.642	-34.693
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-36.642	-34.693
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	281.573	255.605
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	13.627	4.568
7.06.02	Receitas Financeiras	13.627	4.600
7.06.03	Outros	0	-32
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	295.200	260.173
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	295.200	260.173
7.08.01	Pessoal	15.415	14.685
7.08.01.01	Remuneração Direta	11.694	11.350
7.08.01.02	Benefícios	3.152	2.768
7.08.01.03	F.G.T.S.	569	567
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	102.008	90.715
7.08.02.01	Federais	81.804	71.990
7.08.02.03	Municipais	20.204	18.725
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	38.781	30.979
7.08.03.01	Juros	16.718	15.311
7.08.03.03	Outras	22.063	15.668
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	138.996	123.794
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	9.002	10.862
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	129.994	112.932

Comentário do Desempenho

Ecovias dos Imigrantes anuncia resultados do 2T13 e 1S13: Receita Líquida cresce 20,4% no 1S13

São Bernardo do Campo, 06 de agosto de 2013 – A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. anuncia seus resultados referentes ao segundo trimestre de 2013 (2T13) e primeiro semestre de 2013 (1S13). As informações financeiras e operacionais abaixo são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Leis n° 11.638/07, n° 11.941/09, bem como as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros - *IFRS (International Financial Reporting Standards)* e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. As comparações, exceto onde indicado o contrário, referem-se ao segundo trimestre de 2012 (2T12) e primeiro semestre de 2012 (1S12).

DESTAQUES OPERACIONAIS E FINANCEIROS

- A receita líquida foi de R\$ 227.529 mil no 2T13, com crescimento de 31,6% e, no 1S13, de R\$ 441.243 mil, crescimento de 20,4% em relação ao 1S12.
- O EBITDA, no 2T13, foi de R\$ 126.732 mil (Margem EBITDA de 55,7%) e de R\$ 267.649 mil (Margem EBITDA de 60,7%) no 1S13.
- O lucro líquido foi de R\$ 62.025 mil no 2T13 e de R\$ 138.996 mil no 1S13, crescimentos de 17,8% e 12,3%, respectivamente.

Destaques (em milhares de R\$)	2T13	2T12	Var.	1S13	1S12	Var.
Tráfego (em milhares de veículos equivalentes pagantes)	14.190	13.410	5,8%	29.272	28.628	2,2%
Tarifa Média ¹	13,30	12,53	6,1%	13,38	12,65	5,8%
Receita Líquida	227.529	172.952	31,6%	441.243	366.564	20,4%
Lucro Líquido	62.025	52.671	17,8%	138.996	123.794	12,3%
EBITDA ²	126.732	109.944	15,3%	267.649	242.949	10,2%
Margem EBITDA	55,7%	63,6%	-7,9 p.p.	60,7%	66,3%	-5,6 p.p.
Capex	60.294	25.791	133,8%	114.722	47.976	139,1%

¹ em Reais;

² EBITDA = Lucro Líquido + IRPJ/CSLL+Despesas Financeiras Líquidas+Depreciação/Amortização;

PERFIL DA COMPANHIA

A concessionária Ecovias dos Imigrantes opera o Sistema Anchieta-Imigrantes, que liga a região metropolitana de São Paulo com o porto da cidade de Santos, o maior da América Latina, o Polo Petroquímico de Cubatão, as indústrias do ABCD paulista e a baixada santista, constituindo-se no mais importante corredor de importação/exportação da América Latina, de importância vital para a economia brasileira. A concessão para administrar seus 176,8 quilômetros de extensão, com movimento anual superior a 59 milhões de veículos equivalentes pagantes, foi firmada em 1998, com o Estado de São Paulo.

O sistema Anchieta-Imigrantes é formado pelas rodovias Anchieta (SP-150), Imigrantes (SP-160), Padre Manoel da Nóbrega (SP-055, antiga Pedro Taques), Cônego Domênico Rangoni

Comentário do Desempenho

(SP-248/055, antiga Piaçaguera-Guarujá) e duas interligações entre a Anchieta e a Imigrantes, no Planalto Paulista (SP-041) e na Baixada Santista (SP059).

A Ecovias dos Imigrantes faz parte do Grupo EcoRodovias, que administra 1.935 quilômetros de rodovias através de suas concessionárias Ecovias dos Imigrantes (SP), Ecopistas (SP), Ecovia Caminho do Mar (PR), Ecocataratas (PR), Ecosul Rodovias do Sul (RS) e ECO101 (ES), que estão nos principais corredores de importação e exportação brasileiros e importantes pólos de turismo.

Modelo no setor de concessão rodoviária no Brasil, a Ecovias dos Imigrantes foi a primeira concessionária de rodovias do mundo a obter o Certificado de Gestão Ambiental ISO 14001, sendo o Grupo EcoRodovias a única holding do setor a ter cinco de suas seis concessões rodoviárias certificadas em gestão ambiental, além das certificações ISO 9001 e OHSAS 18001.

ANÁLISE DO RESULTADO

Desempenho Operacional

O volume tráfego medido pelo conceito de veículos equivalentes pagantes, teve um aumento de 5,8% no 2T13 e 2,2% no 1S13. Os veículos de passeio apresentaram redução de 1,0% no 2T13 devido às condições climáticas desfavoráveis no período. Porém, os veículos comerciais cresceram 13,7% no 1S13 em decorrência do grande volume de exportação de soja e açúcar no Porto de Santos.

Volume de Tráfego (em milhares de veículos equivalentes pagantes)	2T13	2T12	Var.	1S13	1S12	Var.
Passeio	7.076	7.151	-1,0%	15.789	16.439	-4,0%
Comercial	7.114	6.259	13,7%	13.483	12.189	10,6%
Total	14.190	13.410	5,8%	29.272	28.628	2,2%

Nota: Veículo equivalente é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de veículo equivalente. Veículos pesados, como caminhões, e ô nibus são convertidos em veículos equivalentes por um multiplicador aplicado sobre o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão.

Tarifa Média (em R\$)	2T13	2T12	Var.	1S13	1S12	Var.
Tarifa Média	13,30	12,53	6,1%	13,38	12,65	5,8%

Receita Bruta

A receita bruta com arrecadação de pedágios no 2T13 foi de R\$ 188.688 mil e de R\$ 391.582 mil no 1S13, crescimentos de 12,3% e 8,1%, respectivamente. As receitas acessórias tiveram queda de 7,3% no 2T13 e de 3,9% no 1S13.

Receita Bruta (em milhares de R\$)	2T13	2T12	Var.	1S13	1S12	Var.
Receitas de Pedágio	188.688	168.007	12,3%	391.582	362.286	8,1%
Receitas Acessórias	9.369	10.108	-7,3%	17.920	18.641	-3,9%
Receita de Construção ICPC-01	46.535	10.088	361,3%	66.939	18.272	266,3%
Total	244.592	188.203	30,0%	476.441	399.199	19,3%

Comentário do Desempenho

As receitas acessórias das concessionárias de rodovias são provenientes do monitoramento de cargas especiais, painéis publicitários, ocupação de faixa de domínio e acessos e outros serviços de utilização e exploração da faixa de domínio das concessões rodoviárias.

Receita de Construção conforme estabelecido pelo ICPC 01 (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) – Contratos de Concessão, a realização de obras e melhorias na infraestrutura rodoviária foi considerada como receita de construção, a valor justo. A Companhia entende que os valores contratados de terceiros para realização dessas obras estão estabelecidos a valor de mercado, e por tanto não reconhece margem de lucro nas atividades de construção.

Custos Operacionais e Despesas Administrativas

O custo dos serviços prestados e despesas administrativas no 2T13 apresentou crescimento de 48,4% e de 32,8% no 1S13. As principais variações foram aumento de despesa de conservação e manutenção e aumento do custo de construção decorrente da aplicação das normas do IFRS/ICPC.

Custos Operacionais e Despesas Administrativas						
(em milhares de R\$)	2T13	2T12	Var.	1S13	1S12	Var.
Pessoal	8.368	6.900	21,3%	15.415	14.685	5,0%
Conservação e manutenção	4.855	4.094	18,6%	9.633	7.072	36,2%
Serviços de terceiros	20.449	23.798	-14,1%	40.735	42.985	-5,2%
Seguros	1.110	997	11,3%	2.184	1.990	9,7%
Poder concedente	5.942	5.344	11,2%	12.285	11.428	7,5%
Depreciação e amortização	18.533	17.441	6,3%	36.642	34.693	5,6%
Provisão manutenção ICPC 01	8.823	7.340	20,2%	15.999	16.705	-4,2%
Custo de construção de obras ICPC 01	46.535	10.088	361,3%	66.939	18.272	266,3%
Locações e alugueis	721	636	13,4%	1.439	1.646	-12,6%
Outros	3.981	3.778	5,4%	8.938	8.799	1,6%
TOTAL	119.317	80.416	48,4%	210.209	158.275	32,8%

EBITDA

O EBITDA, no 2T13, foi de R\$ 126.732 mil (Margem EBITDA 55,7%) e de R\$ 267.649 mil (Margem EBITDA 60,7%) no 1S13. O EBITDA Ajustado, excluindo a receita de construção do saldo da receita líquida e excluindo o custo de construção e a provisão para manutenção do saldo dos custos dos serviços prestados, totalizou R\$ 135.555 mil no 2T13 e R\$ 283.648 mil no 1S13, com Margem EBITDA Ajustada de 74,9% e 75,8%, respectivamente.

EBITDA Ajustada sem IFRS						
(em milharess de R\$)	2T13	2T12	Var.	1S13	1S12	Var.
EBITDA IFRS	126.732	109.944	15,3%	267.649	242.949	10,2%
Receita de construção	(46.535)	(10.088)	361,3%	(66.939)	(18.272)	266,3%
Custos com construção	46.535	10.088	361,3%	66.939	18.272	266,3%
Provisão para manutenção	8.823	7.340	20,2%	15.999	16.705	-4,2%
EBITDA Ajustado	135.555	117.284	15,6%	283.648	259.654	9,2%
Margem EBITDA Ajustada	74,9%	72,0%	2,9 p.p.	75,8%	74,6%	1,2 p.p.

Comentário do Desempenho

EBITDA						
(em milhares de R\$)	2T13	2T12	Var.	1S13	1S12	Var.
Lucro Líquido	62.025	52.671	17,8%	138.996	123.794	12,3%
Imposto de renda e contribuição social	29.582	24.224	22,1%	66.857	58.083	15,1%
Resultado Financeiro	16.592	15.607	6,3%	25.154	26.379	-4,6%
Depreciação e Amortização	18.533	17.442	6,3%	36.642	34.693	5,6%
Amortização de investimentos	-	-	-	-	-	-
EBITDA	126.732	109.944	15,3%	267.649	242.949	10,2%
Margem EBITDA	55,7%	63,6%	-7,9 p.p.	60,7%	66,3%	-5,6 p.p.

Resultado Financeiro

O efeito financeiro líquido no 2T13 foi de R\$ 16.592 mil negativos e de R\$ 25.154 mil negativos no 1S13.

Resultado Financeiro						
(em milhares de R\$)	2T13	2T12	Var.	1S13	1S12	Var.
Varição Monetária, líquida	(12.807)	(8.118)	57,8%	(16.275)	(11.349)	43,4%
Juros sobre arrendamento mercantil e debêntures	(11.811)	(7.233)	63,3%	(16.718)	(15.311)	9,2%
Outros efeitos financeiros	(3.779)	(1.090)	247,0%	(4.587)	(2.198)	108,7%
Receitas Financeiras e outras	12.405	1.434	765,9%	13.627	3.681	270,2%
Ajustes a valor presente ICPC-01	(600)	(601)	0,2%	(1.201)	(1.202)	-0,1%
TOTAL	(16.592)	(15.607)	6,3%	(25.154)	(26.379)	-4,6%

Imposto de Renda e Contribuição Social

O total de imposto de renda e contribuição social no 1S13 foi de R\$ 66.857 mil, com aumento de 15,1%, decorrente de um acréscimo no resultado antes do imposto de renda e contribuição social quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

Lucro Líquido

O lucro líquido do 1S13 totalizou R\$ 138.996 mil apresentando um aumento de 12,3%. Em relação à receita líquida, o lucro líquido apresentou, no 1S13, margem de 31,5%, uma redução de 2,3 pontos percentuais comparando com o 1S12.

Endividamento

Em 30 de junho de 2013, a dívida total da Ecovias dos Imigrantes somava R\$ 1.036.273 mil, aumento de 357,5% sobre os R\$ 226.498 mil apresentados em 31 de dezembro de 2012. Este expressivo aumento foi decorrente da 2ª emissão de debêntures no montante de R\$ 881 milhões.

Comentário do Desempenho

Endividamento					
(em milhares de R\$)	30/06/2013	31/12/2012	Var.	Taxas	Vencimento
Debêntures – 1ª emissão	164.890	223.306	-27,1%	IGP-M + 9,50% / 104,% CDI	nov/14
Debêntures – 2ª emissão	871.383	-	-	IPCA + 3,80% / IPCA + 4,28%	abr/24
Financiamento e Arrendamento Mercantil	-	192	-100,0%	1,45% a.m.	
Divida Total	1.036.273	226.498	357,5%		
Caixa e equivalentes de caixa	447.274	16.107	n.m.		
Aplicação financeira vinculada (**)	27.706	28.498	-2,8%		
Divida Líquida	561.293	181.893	208,6%		

(**) Os montantes referem-se a recursos para liquidação de remuneração das debêntures e conta de ajuste das debêntures como garantia de recursos para pagamento de juros e principal registrados na rubrica "Títulos e valores mobiliários".

Capex

Os investimentos realizados pela Ecovias dos Imigrantes no 1S13 totalizaram R\$ 113.723 mil, 435,7% superiores aos realizados no mesmo período do ano anterior onde totalizaram R\$ 21.230 mil no 1S12.

CAPEX (em milhares de R\$)	2T13			2T12			Var.
	Intangível/ Imobilizado	Custo de Manutenção	Total	Intangível/ Imobilizado	Custo de Manutenção	Total	Total 2T13 x 2T12
Ecovias	49.716	10.578	60.294	11.871	13.920	25.791	133,8%
CAPEX (em milhares de R\$)	1S13			1S12			Var.
	Intangível/ Imobilizado	Custo de Manutenção	Total	Intangível/ Imobilizado	Custo de Manutenção	Total	Total 1S13 x 1S12
Ecovias	95.472	19.250	114.722	21.230	26.746	47.976	139,1%

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que a Ernst & Young Terco Auditores Independentes S/A foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2013: Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"); Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 – "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity". Os honorários relativos a esses trabalhos são de R\$219,3 mil. A Companhia não contratou os Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria externa.

Notas Explicativas

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2013

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (“Ecovias” ou “Companhia”) iniciou suas atividades em 29 de maio de 1998 e tem como objetivo social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo. A sede da Companhia fica localizada na Rodovia dos Imigrantes, km 28,5. As ações da Companhia não são negociadas na bolsa de valores.

O Sistema Anchieta-Imigrantes, com extensão total de 176,8 km, é constituído basicamente por: (a) Rodovia Anchieta (SP-150 - entre o km 9,7 e o km 65,6); (b) Rodovia dos Imigrantes (SP-160 - entre o km 11,5 e o km 70,0); (c) Interligação Planalto (SP-041 - em uma extensão de 8 km); (d) Interligação Baixada (SP-059 - em uma extensão de 1,8 km); (e) Rodovia Padre Manoel da Nóbrega (SP-055/170 - entre o km 270,6 e o km 292,2); e (f) Rodovia Cônego Domênico Rangoni (SP-055/248 - entre o km 0 e o km 8,4 e entre o km 248,0 e o km 270,6).

A concessão, pelo prazo inicial de 20 anos, posteriormente postergado por mais 88 meses, mediante a cobrança de pedágios, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes, recuperação das rodovias existentes, construções de pistas marginais, implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, conservações preventivas, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágios. O contrato de concessão possui vigência até setembro de 2025.

As informações contábeis intermediárias da Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A., para o semestre findo em 30 de junho de 2013 foram autorizadas para emissão pela diretoria, após apreciação pelo Comitê de Auditoria, em 5 de agosto de 2013.

2. BASES DE ELABORAÇÃO, APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As informações contábeis intermediárias elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board - IASB” e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As informações referentes às bases de elaboração e apresentação das informações trimestrais, ao resumo das principais práticas contábeis e ao uso de estimativas e julgamento não sofreram

Notas Explicativas

alterações em relação àquelas divulgadas na Notas Explicativas nº 2 e 3 às Demonstrações Financeiras Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 (doravante denominadas de “Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2012”), publicadas no dia 15 de março de 2013 nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo e Diário do Grande ABC e disponibilizadas por meio dos seguintes websites: www.cvm.gov.br e www.ecorodovias.com.br.

3. NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

No semestre findo em 30 de junho de 2013, novas normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e IASB entraram em vigor em 1º de janeiro de 2013. A Administração da Companhia avaliou essas novas normas e concluiu não haver efeitos significativos sobre os valores reportados.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Caixa e bancos	4.024	12.985
Aplicações financeiras-		
Fundo de investimento (a)	441.808	911
Certificados de Depósito Bancário - CDB (b)	<u>1.442</u>	<u>2.211</u>
	<u>447.274</u>	<u>16.107</u>

(a) Fundo de investimento, que se enquadra na categoria “renda fixa – crédito privado”, de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Os saldos possuem conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e a Companhia possui o direito de resgate imediato e sem o risco de mudança significativa de valor.

O Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido. O Fundo, também, não pode investir em determinados ativos, tais como ações, índice de ações e derivativos.

Em 30 de junho de 2013, a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários era composta por 61,6% em Certificado de Depósito Bancário - CDB, 34% em Operações Compromissadas, 2,6% em Letra Financeira - LF e 1,8% em títulos públicos federais.

As aplicações financeiras vinculadas são formadas por CDBs e fundos de investimentos, remunerados à taxa média ponderada de 101,2% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

(b) A Companhia possui ainda aplicação financeira no Banco Itaú Unibanco S.A., na qual os recursos disponíveis no fim do mês são automaticamente aplicados e remunerados à taxa de 20,0% do CDI, sem o risco de mudança significativa do valor. A referida aplicação possui liquidez imediata. Em 30 de junho de 2013, o valor aplicado nessa modalidade é de R\$1.442 (R\$817 em 31 de dezembro de 2012).

Notas Explicativas

O aumento de Caixa e equivalentes de caixa no semestre findo em 30 de junho de 2013 refere-se à segunda emissão de debêntures da Companhia conforme nota explicativa nº 14.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - VINCULADOS

Os títulos e valores mobiliários - vinculados são investimentos temporários no circulante, representados por títulos de alta liquidez.

	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Fundos de Investimentos	<u>27.706</u>	<u>28.498</u>

Os Fundos de Investimentos são remunerados a taxa média ponderada de 95,7% do CDI e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, foram classificadas como títulos e valores mobiliários - vinculados por estarem vinculadas ao processo de liquidação de remuneração das debêntures da Companhia como garantia de recursos para pagamento de juros e principal (vide nota explicativa nº 14).

6. CLIENTES

Representados por pedágio eletrônico, cupons e faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, ocupação de faixa de domínio, acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

A composição está assim representada:

	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Pedágio eletrônico - partes relacionadas (*)	39.944	43.663
Pedágio eletrônico - outros	10.634	9.227
Cupons de pedágio	1.460	1.222
Receitas acessórias	<u>2.641</u>	<u>1.779</u>
	<u>54.679</u>	<u>55.891</u>

(*) A parte relacionada Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP, controlada em conjunto da EcoRodovias Infraestrutura, presta serviços de administração à gestão dos meios de pagamentos "Sem Parar". Vide nota explicativa nº 15.

Em 30 de junho de 2013, a Administração, com base na sua avaliação do risco de crédito e no histórico de recebimento dos clientes, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre o saldo de clientes.

Notas Explicativas

O “aging list” das contas a receber está assim representado:

	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
A vencer	54.593	55.891
Vencidos:		
Até 30 dias	16	-
De 31 a 60 dias	12	-
De 61 a 90 dias	12	-
De 91 a 180 dias	7	-
Mais de 180 dias	<u>39</u>	<u>-</u>
	<u>54.679</u>	<u>55.891</u>

7. DESPESAS ANTECIPADAS

O saldo de R\$4.842 (R\$1.746 em 31 de dezembro de 2012) refere-se, substancialmente, a prêmios de seguros a apropriar, classificado no ativo circulante. Vide nota explicativa nº 28.

8. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Saldo inicial	7.492	5.476
Adições	802	1.878
Baixas	(20)	(776)
Atualização monetária	<u>282</u>	<u>914</u>
Saldo final	<u>8.556</u>	<u>7.492</u>

9. IMOBILIZADO

	<u>Hardware e equipamentos de pedágio</u>	<u>Máquinas e equipamentos</u>	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Terrenos</u>	<u>Edificações</u>	<u>Outros</u>	<u>Total Imobilizado</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2011	<u>15.677</u>	<u>4.432</u>	<u>2.259</u>	<u>3.304</u>	<u>2.118</u>	<u>3.711</u>	<u>31.501</u>
Adições	1.566	1.045	66	-	110	13	2.800
Baixas	-	-	-	-	-	(601)	(601)
Transferência	296	-	-	-	-	(296)	-
Depreciação	<u>(2.523)</u>	<u>(542)</u>	<u>(169)</u>	<u>-</u>	<u>(102)</u>	<u>(363)</u>	<u>(3.699)</u>
Saldos em 30 de junho de 2012	<u>15.016</u>	<u>4.935</u>	<u>2.156</u>	<u>3.304</u>	<u>2.126</u>	<u>2.464</u>	<u>30.001</u>
Taxas anuais de depreciação - %	<u>20,0</u>	<u>10,0</u>	<u>10,0</u>	<u>5,0</u>	<u>5,0</u>	<u>17,0</u>	-

Notas Explicativas

	<u>Hardware e equipamentos de pedagógico</u>	<u>Máquinas e equipamentos</u>	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Terrenos</u>	<u>Edificações</u>	<u>Outros</u> (*)	<u>Total imobilizado</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>14.436</u>	<u>5.269</u>	<u>2.300</u>	<u>3.304</u>	<u>2.024</u>	<u>8.821</u>	<u>36.154</u>
Adições	997	1.146	109	-	306	629	3.187
Baixas	(83)	-	-	-	-	(6.217)	(6.300)
Transferências	53	-	(53)	-	-	-	-
Depreciações	<u>(2.674)</u>	<u>(613)</u>	<u>(173)</u>	<u>-</u>	<u>(94)</u>	<u>(386)</u>	<u>(3.940)</u>
Saldos em 30 de junho de 2013	<u>12.729</u>	<u>5.802</u>	<u>2.183</u>	<u>3.304</u>	<u>2.236</u>	<u>2.847</u>	<u>29.101</u>
Taxas médias anuais de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	-	5,0	17,0	

(*) As baixas deste item referem-se principalmente à baixas de adiantamentos a fornecedores realizados no ano de 2013.

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 alguns bens (do ativo imobilizado) classificados na rubrica “outros” (caminhões e reboques), estavam vinculados como garantia de arrendamento mercantil financeiro (vide nota explicativa nº 13). Para as debêntures (vide nota explicativa nº 14) não existem garantias dessa natureza.

No semestre findo em 30 de junho de 2013, foram capitalizados encargos financeiros de R\$711, em 30 de junho de 2012 não foram capitalizados encargos financeiro, considerando a taxa média de captação de 9,30%.

A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia.

10. NTANGÍVEL

	<u>Contratos de concessão</u>	<u>Intangível andamento</u>	<u>Software de terceiros</u>	<u>Intangível</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2011	<u>965.644</u>	<u>741</u>	<u>625</u>	<u>967.010</u>
Adições	16.689	-	22	16.711
Baixas	(820)	-	-	(820)
Amortização	<u>(30.897)</u>	<u>-</u>	<u>(97)</u>	<u>(30.994)</u>
Saldos em 30 de junho de 2012	<u>950.616</u>	<u>741</u>	<u>550</u>	<u>951.907</u>
Taxas médias anuais de amortização - %	(*)	-	20,0	-

Notas Explicativas

	Contratos de concessão	Intangível andamento	Software de terceiros	Intangível
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>958.521</u>	<u>20.851</u>	<u>1.888</u>	<u>981.260</u>
Adições	80.150	11.555	580	92.285
Baixas	(468)	-	-	(468)
Transferências	<u>32.406</u>	<u>(32.406)</u>		=
Amortizações	<u>(32.448)</u>	-	<u>(254)</u>	<u>(32.702)</u>
Saldos em 30 de junho de 2013	<u>1.038.161</u>	<u>-</u>	<u>2.214</u>	<u>1.040.375</u>

Taxas médias anuais de amortização - % (*) - 20,0 -

(*) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, pois esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A taxa de amortização em 30 de junho de 2013 é de 6,12% ao ano (5,49% ao ano em 31 de dezembro de 2012).

Os itens referentes ao contrato de concessão compreendem basicamente a infraestrutura rodoviária, o direito de outorga e outros.

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO**a) Tributos diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	17.676	17.946
Efeitos Regime Tributário de Transição - RTT	(34.325)	(23.298)
Outros	<u>40</u>	<u>59</u>
	(16.609)	(5.293)
	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total	<u>(5.647)</u>	<u>(1.800)</u>
Ativo diferido	6.787	6.122
Passivo diferido	(12.434)	(7.922)
Passivo diferido líquido	(5.647)	(1.800)

A Administração considera que as provisões temporárias ativas serão realizadas em um prazo de até cinco exercícios, em virtude da expectativa de reversão e/ou pagamento da provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis.

Notas Explicativas

b) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado do período os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	<u>30/06/2013</u>	<u>30/06/2012</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	205.853	181.878
Alíquota	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas vigentes	(69.990)	(61.839)
Juros sobre o capital próprio	3.060	3.693
Imposto de renda e contribuição social sobre adições e exclusões permanentes	<u>73</u>	<u>62</u>
Despesa do imposto de renda e da contribuição social	(66.857)	(58.084)
Despesa do imposto de renda e da contribuição social correntes	(62.794)	(53.970)
Despesa do imposto de renda e da contribuição social diferidos	(4.063)	(4.114)

12. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Impostos sobre faturamento:		
ISS	3.177	3.825
Cofins	1.929	2.336
PIS	418	506
ISS na fonte	776	396
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF sobre prestação de serviços	149	566
Outros impostos	<u>574</u>	<u>640</u>
	<u>7.023</u>	<u>8.269</u>

13. ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO

As obrigações de arrendamento são garantidas de forma eficaz, uma vez que o ativo arrendado é revertido para o arrendador no caso de inadimplência.

As obrigações financeiras são compostas como segue:

	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Obrigações brutas de arrendamento financeiro - pagamentos mínimos de arrendamento:		
Menos de um ano	-	190
Mais de um ano e menos de cinco anos	<u>-</u>	<u>-</u>
		190
Encargos de financiamento futuros sobre os arrendamentos financeiros	<u>-</u>	<u>2</u>
Obrigações de arrendamento financeiro - saldo contábil	<u>-</u>	<u>192</u>
Circulante	-	192
Não circulante	-	-

Notas Explicativas

A movimentação do arrendamento mercantil está demonstrada a seguir:

	<u>30/06/2013</u>	<u>30/06/2012</u>
Saldo inicial	192	1.090
Encargos financeiros	-	66
Pagamento principal	(185)	(460)
Pagamento de juros	<u>(7)</u>	<u>(70)</u>
Saldo final	<u>-</u>	<u>626</u>

A contrapartida dos saldos de arrendamento mercantil financeiro está registrada na rubrica “Imobilizado”, refere-se a caminhões e apresenta valor residual de R\$797 em 30 de junho de 2013 (R\$1.049 em 31 de dezembro de 2012).

As operações de arrendamento mercantil financeiro não impõem nenhuma restrição, tais como pagamento de dividendos, juros sobre o capital próprio, captação de dívida adicional e outras.

14. DEBÊNTURES

A posição das debêntures está resumida a seguir:

	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Principal corrigido	1.050.103	220.497
Remuneração (juros)	14.141	7.479
Custos com emissão de debêntures (*)	<u>(27.971)</u>	<u>(1.670)</u>
	<u>1.036.273</u>	<u>226.306</u>
Circulante	<u>122.842</u>	<u>133.458</u>
Não circulante	<u>913.431</u>	<u>92.848</u>

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	<u>30/06/2013</u>	<u>30/06/2012</u>
Saldo inicial	226.306	335.866
Adição	851.182	-
Encargos financeiros	32.879	23.300
Pagamento de juros	(25.719)	(28.718)
Pagamento do principal	<u>(48.375)</u>	<u>(48.375)</u>
Saldo final	<u>1.036.273</u>	<u>282.073</u>

(*) Os custos com emissão são referentes a todos os gastos que a Companhia incorreu para a emissão das debêntures, como gastos com advogados, auditores, entre outros. E sua amortização no resultado é efetuada usando o método da taxa efetiva de juros.

A Companhia concluiu, em 21 de dezembro de 2006, a emissão de R\$450.000 em debêntures em três séries, sendo a primeira no valor nominal de R\$135.000, com prazo de vencimento de 84 meses e vencimento final em 1º de novembro de 2013, e a segunda e terceira séries de R\$157.500 cada uma, com prazo de vencimento de 90 e 96 meses e vencimentos finais em 1º de maio e 1º de novembro de 2014, respectivamente.

Notas Explicativas

A primeira série, ofertada ao mercado local, tem remuneração vinculada a 104% do CDI, pago semestralmente, e foi precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

A segunda e terceira séries, também ofertadas ao mercado local, têm remuneração vinculada à variação do IGP-M e remuneração correspondente a 9,5% ao ano, pagas anualmente com diferença de seis meses entre as duas séries.

Essa operação tem classificação de risco “brAAA” da Standard & Poors.

O contrato requer a manutenção dos índices financeiros menores que 2,2 pontos correspondentes à relação da dívida líquida com o lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (EBITDA) e índices financeiros maiores ou iguais a 1,3 ponto em relação ao EBITDA com o serviço da dívida (correspondente aos juros e principal pagos no período), tendo como base as demonstrações financeiras. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente considerando os últimos 12 meses. Em 30 de junho de 2013, os índices financeiros exigidos foram atendidos.

A Companhia concluiu, em 07 de maio de 2013, a emissão de R\$881.000 em debêntures em duas séries, sendo a primeira no valor nominal de R\$200.000, com prazo de vencimento de 84 meses e vencimento final em 15 de abril de 2020 e a segunda série de R\$681.000, com prazo de vencimento de 132 meses e vencimento final em 15 de abril de 2024, respectivamente.

A primeira série, ofertada ao mercado local, tem remuneração vinculada a 3,80% a.a. + IPCA, pago anualmente, com primeiro vencimento em abril de 2014 e último vencimento em abril de 2019, foi precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04. A segunda série têm remuneração de 4,28% a.a. + IPCA, paga anualmente, com primeiro vencimento em abril de 2014 e último vencimento em abril de 2024, também precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

Essa operação tem classificação de risco “brAAA” da Standard & Poors.

O contrato da 2ª emissão requer a manutenção dos índices financeiros menores que 3,5 pontos correspondentes à relação da dívida líquida com o lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (EBITDA) e índices financeiros maiores ou iguais a 2,0 pontos em relação ao EBITDA com o serviço da dívida (correspondente aos juros e principal pagos no período), tendo como base as demonstrações financeiras. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente considerando os últimos 12 meses. Em 30 de junho de 2013, os índices financeiros exigidos foram atendidos.

<u>Descrição</u>	<u>1º Emissão</u>	<u>2º Emissão</u>
Forma e conversibilidade	Nominativa escritural, simples, não conversível em ações	Nominativa escritural, não conversíveis em ações
Quantidade emitida	45.000 (em três séries)	881 (em duas séries)
Valor nominal unitário na data da emissão	R\$10,00	R\$1.000,00
Valor nominal unitário atualizado em 30 de junho de 2013	1ª série - não atualizável 2ª série - R\$3,06 3ª série - R\$6,39	1ª série – R\$1.018,95 2ª série – R\$1.019,78
Fator de atualização do valor nominal unitário	1ª série - não atualizável 2ª e 3ª séries - IGP-M	1ª e 2ª série - IPCA

Notas Explicativas

<u>Descrição</u>	<u>1º Emissão</u>	<u>2º Emissão</u>
Remuneração (juros e correção)	1ª série - 104% do CDI 2ª e 3ª séries - 9,5% ao ano (252 dias) sobre o valor nominal unitário atualizado	1ª série - 3,80% a.a. + IPCA 2ª série - 4,28% a.a. + IPCA
Vencimento da remuneração (juros e correção)	1ª série: parcelas semestrais (01/05/2007 a 01/11/2013) 2ª série: parcelas anuais (01/05/2008 a 01/05/2014) 3ª série: parcelas anuais (01/11/2007 a 01/11/2014)	1ª série: parcelas anuais (15/04/2014 a 15/04/2020) 2ª série: parcelas anuais (15/04/2014 a 15/04/2024)
Vencimento da amortização	1ª série: parcelas semestrais (01/05/2010 a 01/11/2013) 2ª série: parcelas anuais (01/05/2010 a 01/05/2014) 3ª série: parcelas anuais (01/11/2010 a 01/11/2014)	1ª série: parcelas anuais (15/04/2019 a 15/04/2020) 2ª série: parcelas anuais (15/04/2022 a 15/04/2024)
Reserva para pagamento da amortização e da remuneração (juros e correção)	Retenção em conta de depósito (aplicação) vinculada de 50% dos valores creditados em conta-corrente a partir do 6º dia de cada mês até atingir o montante equivalente à parcela do valor estimado devido no mês em vigor	n/a
Instituição depositária das debêntures	Banco Bradesco S.A.	Banco Bradesco S.A.
Local de pagamento	CETIP e CBLC	CETIP E BMF&BOVESPA
Instituição responsável pela conta de reserva	Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.	n/a
Agente fiduciário	Oliveira Trust DTVM S.A.	Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
Garantias	Penhor de 99,99% das ações e cessão fiduciária de direitos creditórios do pedágio	n/a
Cláusula de repactuação das debêntures	Não há cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	30/06/2013			31/12/2012		
	<u>Parcela</u>	<u>Custo</u>	<u>Total</u>	<u>Parcela</u>	<u>Custo</u>	<u>Total</u>
2014	47.500	(684)	46.816	93.373	(525)	92.848
2015	-	(2.836)	(2.836)	-	-	-
2016	-	(2.809)	(2.809)	-	-	-
2017	-	(3.169)	(3.169)	-	-	-
A partir de 2018	<u>890.730</u>	<u>(15.301)</u>	<u>875.429</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>938.230</u>	<u>(24.799)</u>	<u>913.431</u>	<u>93.373</u>	<u>(525)</u>	<u>92.848</u>

Notas Explicativas

A Taxa Interna de Retorno - TIR das transações está destacada a seguir:

	Data	Valor nominal	Despesas com emissão	Valor líquido	Taxa de juros	TIR
1º Emissão						
Debêntures 1ª série	01/11/2006	135.000	(2.677)	132.323	104% CDI	107% CDI
Debêntures 2ª série	01/11/2006	157.500	(3.124)	154.376	9,5% + IGP-M	10,32% + IGP-M
Debêntures 3ª série	01/11/2006	157.500	(3.124)	154.376	9,5% + IGP-M	10,35% + IGP-M
2º Emissão						
Debêntures 1ª série	15/04/2013	200.000	(6.769)	193.231	IPCA + 3,80% a.a.	IPCA + 4,25% .a.a
Debêntures 2ª série	15/04/2013	<u>681.000</u>	<u>(23.049)</u>	<u>657.951</u>	IPCA + 4,28% a.a.	IPCA + 4,54% a.a.
		<u>1.331.000</u>	<u>(38.743)</u>	<u>1.292.257</u>		

As taxas aplicáveis à remuneração das debêntures listadas foram determinadas através de procedimento de “bookbuilding”, que consiste na coleta de intenções de investimento conduzido pelos coordenadores da oferta, nos termos do artigo 44 da Instrução CVM nº 400/03. Esse procedimento tem a finalidade de estabelecer as taxas de juros finais que remunerarão as debêntures e, portanto, não foram apurados prêmios ou deságios quando das emissões dos valores mobiliários listados.

15. PARTES RELACIONADAS

A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário, e serviços de consultoria.

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

Balço patrimonial		Ativo circulante	Ativo não circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
Companhia	Natureza	Clientes	Créditos diversos	Intangível	Contas a pagar	Contas a pagar
Consórcio Serra do Mar S.A. (a)	Outras partes relacionadas	-	-	48.412	10.033	-
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (b)	Controladora direta	59	-	-	4.999	-
Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP (c)	Outras partes relacionadas	<u>39.944</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total em 30 de junho de 2013		<u>40.003</u>	<u>-</u>	<u>48.412</u>	<u>15.032</u>	<u>-</u>
Total em 31 de dezembro de 2012		<u>43.681</u>	<u>39</u>	<u>45.338</u>	<u>8.224</u>	<u>3</u>

Notas ExplicativasDemonstração do resultado

<u>Companhia</u>	<u>Natureza</u>	<u>Custo dos serviços prestados</u>	<u>Receita</u>	<u>Despesas gerais e administrativas</u>
Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP (c)	Outras partes relacionadas	-	-	(1.590)
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (b)	Controladora direta	<u>(21.648)</u>	<u>109</u>	<u>(11.257)</u>
Total em 30 de junho de 2013		<u>(21.648)</u>	<u>109</u>	<u>(12.847)</u>
Total em 30 de junho de 2012		<u>(20.453)</u>	<u>119</u>	<u>(10.636)</u>

- (a) O Consórcio Serra do Mar, formado pelos controladores e pelas seguintes partes relacionadas à Companhia: C.R. Almeida Engenharia de Obras S.A., Impregilo SPA Sucursal Brasil e Cigla Construtor Impregilo Associados S.A., presta serviços para construção de faixas operacionais, baias de emergência, travessia da terceira faixa da Rodovia Padre Manoel da Nóbrega, construção de viadutos na Rodovia Cônego Domênico Rangoni, pavimentação nas rodovias que compõem o Sistema Anchieta-Imigrantes e praças de pedágio. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Companhia e o Consórcio Serra do Mar é de R\$326.284, deste total foram incorridos R\$99.406, restando um saldo de R\$226.878 de serviços a incorrer com esse contrato.
- (b) A controladora direta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de R\$65.809, os saldos em aberto têm vencimento em até 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram concedidas garantias aos credores.
- (c) A parte relacionada Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP, controlada em conjunto da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., presta serviços de administração à gestão dos meios de pagamentos “Sem Parar”. O saldo a receber de R\$39.944 tem vencimento de até 45 dias, não está sujeito à atualização monetária e não foram recebidas garantias sobre essas operações.

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a Companhia não tinha concedido aval a nenhuma parte relacionada.

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro).

Em 30 de junho de 2013, foram pagos e provisionados aos administradores benefícios de curto prazo (ordenados, salários, participação nos lucros, assistência médica, habitação, bens ou serviços gratuitos ou subsidiados e plano de opção com base em ações), contabilizados na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Notas Explicativas

Em Assembleia Geral Extraordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2013 é de R\$924 (R\$863 em 31 de dezembro de 2012).

A remuneração dos administradores nos semestres estão demonstradas a seguir:

	<u>30/06/2013</u>	<u>30/06/2012</u>
Salários e ordenados	264	242
Plano de opção com base em ações (vide nota explicativa nº 20.d)	24	22
Previdência privada	25	17
Participação nos resultados	<u>106</u>	<u>180</u>
	<u>419</u>	<u>461</u>

16. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO

Os valores registrados como provisão referem-se à manutenção do sistema rodoviário, a serem realizadas durante o período da concessão, ajustados a valor presente com a taxa de 9,30% ao ano. Os valores são provisionados por trecho e as intervenções ocorrem, em média, a cada seis anos.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	<u>31/12/2011</u>	<u>Adição</u>	<u>Pagamento</u>	<u>Efeito financeiro</u>	<u>30/06/2012</u>
Constituição da provisão para manutenção	192.606	19.791	-	-	212.397
Efeito do valor presente sobre constituição	(34.630)	(3.086)	-	-	(37.716)
Realização da manutenção	(116.466)	-	(26.746)	-	(143.212)
Ajuste a valor presente - realizações	<u>19.630</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.117</u>	<u>20.747</u>
	<u>61.140</u>	<u>16.075</u>	<u>(26.746)</u>	<u>1.117</u>	<u>52.216</u>
Circulante	19.911				12.857
Não circulante	41.229				39.359

	<u>31/12/2012</u>	<u>Adição</u>	<u>Pagamento</u>	<u>Efeito financeiro</u>	<u>30/06/2013</u>
Constituição da provisão para manutenção	243.650	19.062	-	-	262.712
Efeito do valor presente sobre a constituição	(40.802)	(3.063)	-	-	(43.865)
Realização da manutenção	(171.752)	-	(19.250)	-	(191.002)
Ajuste a valor presente - realizações	<u>21.994</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.117</u>	<u>23.111</u>
	<u>53.090</u>	<u>15.999</u>	<u>(19.250)</u>	<u>1.117</u>	<u>50.956</u>
Circulante	16.538				6.264
Não circulante	36.552				44.692

Notas Explicativas**17. PROVISÃO PARA CONSTRUÇÃO DE OBRAS FUTURAS**

Os valores provisionados como obras futuras são decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos estão sendo auferidos pela Companhia em contrapartida ao intangível, os valores são ajustados a valor presente a taxas de 9,30% ao ano.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	<u>31/12/2011</u>	<u>Efeito</u> <u>financeiro</u>	<u>30/06/2012</u>
Constituição da provisão para obras futuras	7.909	-	7.909
Efeito do valor presente sobre constituição	(6.041)	-	(6.041)
Realização da construção	(4.238)	-	(4.238)
Ajuste a valor presente - realizações	<u>4.299</u>	<u>85</u>	<u>4.384</u>
	<u>1.929</u>	<u>85</u>	<u>2.014</u>
Não circulante	<u>1.929</u>		<u>2.014</u>

	<u>31/12/2012</u>	<u>Efeito</u> <u>financeiro</u>	<u>30/06/2013</u>
Constituição da provisão para obras futuras	7.909	-	7.909
Efeito do valor presente sobre constituição	(6.041)	-	(6.041)
Realização da construção	(4.238)	-	(4.238)
Ajuste a valor presente - realizações	<u>4.469</u>	<u>84</u>	<u>4.553</u>
	<u>2.099</u>		<u>2.183</u>
Não circulante	<u>2.099</u>		<u>2.183</u>

18. CREDOR PELA CONCESSÃO

	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Parcelas fixas	61.275	64.689
Parcelas variáveis	<u>1.929</u>	<u>2.335</u>
	<u>63.204</u>	<u>67.024</u>
Circulante	<u>16.916</u>	<u>16.703</u>
Não circulante	<u>46.288</u>	<u>50.321</u>

De acordo com o Contrato de Concessão da Companhia, firmado em 27 de maio de 1998, o pagamento do ônus fixo é subdividido em 240 parcelas fixas, mensais e consecutivas, com vencimentos a partir do mês de início de arrecadação, reajustáveis anualmente pela variação do IGP-M da Fundação Getúlio Vargas - FGV. Em 30 de junho de 2013, restam 58 parcelas a vencer e os pagamentos corresponderam a 75,83% do total (73,33% em 31 de dezembro de 2012).

Em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 12 - Ajuste a Valor Presente e a Deliberação CVM nº 564/08, foi introduzido o conceito de ajuste a valor presente para as obrigações do credor pela concessão considerando uma taxa de desconto de 9,50% ao ano, similar à taxa de juros atribuída às operações da segunda e terceira séries da primeira emissão

Notas Explicativas

das debêntures, também atualizadas monetariamente pelo IGP-M. Foi revertido ao resultado do semestre findo em 30 de junho de 2013 o desconto de R\$2.389, somado à atualização monetária do direito de outorga de R\$1.242, e foi totalizado o valor líquido de R\$3.631 de variações financeiras do direito de outorga, registrado na rubrica “Resultado financeiro”.

A parcela variável é calculada e paga mensalmente com base em 3% da receita de arrecadação.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
2014	6.193	13.452
2015	12.499	12.285
2016	11.415	11.219
2017	11.185	10.246
Posteriores a 2018	<u>4.996</u>	<u>3.119</u>
	<u>46.288</u>	<u>50.321</u>

A movimentação está demonstrada a seguir:

	<u>30/06/2013</u>	<u>30/06/2012</u>
Saldo inicial	67.024	70.762
Variação monetária sobre credor pela concessão	3.631	4.834
Pagamento principal e atualização	<u>(7.451)</u>	<u>(7.121)</u>
Saldo final	<u>63.204</u>	<u>68.475</u>

19. PROVISÃO PARA PERDAS TRIBUTÁRIAS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

Os diversos processos em andamento são de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal dos negócios da Companhia. A respectiva provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis foi constituída para os processos cujas possibilidades de desembolso futuro foram avaliadas como prováveis, com base na opinião de seus consultores legais.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	<u>Cíveis (a)</u>	<u>Trabalhistas (c)</u>	<u>Tributárias (b)</u>	<u>Total</u>
Saldos em 1º. de janeiro de 2012	11.553	6.276	1.769	19.598
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	42	1.144	252	1.438
(-) Pagamentos	(3.219)	(854)	(6)	(4.079)
(+) Atualização monetária	205	294	163	662
(+/-) Reclassificações	-	-	-	-
Saldos em 30 de junho de 2012	<u>8.581</u>	<u>6.860</u>	<u>2.178</u>	<u>17.619</u>

	<u>Cíveis (a)</u>	<u>Trabalhistas (c)</u>	<u>Tributárias (b)</u>	<u>Total</u>
Saldos em 1º. de janeiro de 2013	8.327	6.941	2.678	17.946
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	58	459	308	825
(-) Pagamentos	(13)	(1.767)	-	(1.780)
(+) Atualização monetária	394	186	105	685
(+/-) Reclassificações	<u>(103)</u>	<u>56</u>	<u>47</u>	-
Saldos em 30 de junho de 2013	<u>8.663</u>	<u>5.875</u>	<u>3.138</u>	<u>17.676</u>

Notas Explicativas

(a) Processos cíveis

Correspondem principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia possui outros processos de natureza cível que totalizam, em 30 de junho de 2013, R\$27.543 (R\$24.867 em 31 de dezembro de 2012), avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

A Companhia possui uma ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo em face da Companhia, por entender que a concessionária não cumpriu parte do pagamento referente à compensação ambiental relativa à construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes. Os pedidos pleiteados em sede de tutela antecipada foram rejeitados e foi negado provimento ao agravo de instrumento interposto para reverter essa decisão. Atualmente, os autos principais da ação civil pública estão aguardando a devolução de carta precatória para citação da Companhia. Foi estimado o valor de R\$19.168 para essa causa e sua probabilidade de perda está avaliada como possível; portanto, sem constituição de provisão, em razão da fase processual e dos argumentos de defesa que serão apresentados nos autos da ação civil pública.

(b) Processos tributários

Em 30 de junho de 2013, existem também outros processos de natureza tributária que totalizam R\$6.814 (R\$1.519 em 31 de dezembro de 2012), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

(c) Processos trabalhistas

Correspondem, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processo de valor individual relevante. Em 30 de junho de 2013, existem também outros processos de mesma natureza que totalizam R\$13.184 (R\$9.151 em 31 de dezembro de 2012), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o capital social subscrito é de R\$314.052 e representado por 270.386.120 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo a parcela a integralizar de R\$11.505.

b) Capital autorizado

Conforme o artigo 5º do Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar seu capital social em até 52.965.000 ações ordinárias, mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para a emissão e o período do direito de preferência.

Notas Explicativas

c) Reserva de lucros - legal

Constituída com base em 5% do lucro líquido do ajustado, limitada a 20% do capital social.

d) Reserva de capital - plano de opção com base em ações

Conforme deliberado em Assembleia Geral Extraordinária - AGE da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura S.A., datada de 31 de agosto de 2010, foi aprovado um Plano Geral para Outorga de Opção de Compra de Ações aos diretores e empregados do Grupo EcoRodovias. O Conselho de Administração da EcoRodovias Infraestrutura é o responsável por definir e administrar o referido plano.

O plano de opção com base em ações tem como objetivo permitir que os beneficiários se tornem acionistas da EcoRodovias Infraestrutura, de maneira que atuem de forma direta e ativa na busca por resultados positivos. São elegíveis para participar diretores estatutários da Companhia e de suas controladas e empregados-chave que não sejam administradores estatutários, incluindo aqueles das controladas da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

A outorga de opções deve respeitar o limite máximo de até 2% de ações ordinárias do capital social, efetivamente emitidas pela EcoRodovias Infraestrutura. Essas ações deverão ser apenas ações em tesouraria.

O Conselho de Administração fixará os termos e as condições de cada opção em contrato de outorga de opção de compra de ações, a ser celebrado entre a EcoRodovias Infraestrutura e cada beneficiário.

O preço das opções corresponderá ao valor da ação da EcoRodovias Infraestrutura, atualizado monetariamente pelo IPCA ou outro índice de base de apuração equivalente, que seja escolhido pela Assembleia Geral da EcoRodovias Infraestrutura.

O Conselho de Administração da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., disponibilizou 82.507 ações ordinárias para esse plano, conforme a seguir:

<u>Data</u>	<u>1ª outorga</u> <u>31/08/2010</u>	<u>2ª outorga</u> <u>22/03/2011</u>	<u>3ª outorga</u> <u>25/04/2012</u>
Quantidade de opções de ações	23.404	28.516	30.587
Preço no período - R\$ por ação	R\$9,95	R\$13,06	R\$13,58
Índice de reajuste	IPCA	IPCA	IPCA

A Companhia reconhece no resultado, durante o período de prestação dos serviços, o prazo de carência e o custo com a remuneração aos beneficiários com base no valor justo das opções na data da outorga, utilizando o modelo Black-Scholes para a precificação do valor justo das opções. Durante os seis meses findos em 30 de junho de 2013, foi registrado na rubrica “Prêmio de opções” o valor de R\$24 (R\$14 em 30 de junho de 2012).

A EcoRodovias Infraestrutura efetuará a liquidação desse plano de opção com base em ações entregando ações de sua própria emissão, as quais serão mantidas em tesouraria até o efetivo período das ações por parte dos beneficiários.

Notas Explicativas

As variações nas quantidades de opções de compra de ações estão apresentadas a seguir:

	<u>1ª outorga</u>	<u>2ª outorga</u>	<u>3ª outorga</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2010	<u>23.404</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>23.404</u>
Outorgadas	-	28.516	-	28.516
Exercidas	(5.851)	-	-	(5.851)
Canceladas	<u>(17.553)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(17.553)</u>
Em 31 de dezembro de 2011	<u>-</u>	<u>28.516</u>	<u>-</u>	<u>28.516</u>
Outorgadas	-	-	30.587	30.587
Em 31 de dezembro de 2012	<u>-</u>	<u>28.516</u>	<u>30.587</u>	<u>59.103</u>
Outorgadas	-	-	-	-
Exercidas	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Em 30 de junho de 2013	<u>-</u>	<u>28.516</u>	<u>30.587</u>	<u>59.103</u>

O valor justo das opções de compra de ações foi estimado na data de concessão das opções utilizando-se o modelo de precificação de opções Black-Scholes.

A aquisição do direito ao período da opção ocorrerá na forma e nos prazos apresentados a seguir:

<u>Ano</u>	<u>Preço médio no período por ação em R\$</u>	<u>Quantidade de ações</u>	<u>Valor justo médio da opção em R\$</u>	<u>Total</u>	<u>Prazo para exercer</u>
2014	14,58	14.776	9,07	134	11 meses
2015	14,58	14.776	6,15	91	23 meses
2016	14,47	<u>7.647</u>	2,79	<u>21</u>	35 meses
		<u>37.199</u>		<u>246</u>	

As condições para as opções estão demonstradas a seguir:

Em 31 de agosto de 2010, o Conselho de Administração da EcoRodovias Infraestrutura aprovou o primeiro programa de recompra de ações. Essa recompra ocorrerá sem redução de capital social e com a utilização de reservas, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como para revenda, recolocação no mercado ou lastro para planos de opção com base em ações da EcoRodovias Infraestrutura, observados: (i) as normas expedidas pela CVM e demais disposições legais aplicáveis, em especial o artigo 30, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1980 (alterada pela Instrução CVM nº 10); (ii) o artigo 14, inciso XIV, do Estatuto Social da EcoRodovias Infraestrutura; e (iii) os termos e as condições a seguir:

- Prazo: 365 dias a contar de 31 de agosto de 2010.
- Quantidade de ações em circulação no mercado: 144.003.000 ações ordinárias.
- Quantidade de ações a serem adquiridas: serão adquiridas, no máximo, 4.000.000 de ações ordinárias.

Em 30 de maio de 2012, o Conselho de Administração da EcoRodovias Infraestrutura aprovou o segundo programa de recompra de ações. Essa recompra ocorrerá sem redução

Notas Explicativas

de capital social e com a utilização de reservas, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como para revenda, recolocação no mercado ou lastro para planos de opção com base em ações da EcoRodovias Infraestrutura, observados:(i) as normas expedidas pela CVM e demais disposições legais aplicáveis, em especial o artigo 30, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1980 (alterada pela Instrução CVM nº 10); (ii) o artigo 14, inciso XIV, do Estatuto Social da EcoRodovias Infraestrutura; e (iii) os termos e as condições a seguir:

- Prazo: 365 dias a contar de 30 de maio de 2012.
- Quantidade de ações em circulação no mercado: 143.737.879 ações ordinárias.
- Quantidade de ações a serem adquiridas: serão adquiridas, no máximo, 1.500.000 de ações ordinárias.

Em 05 de junho de 2013, o Conselho de Administração da EcoRodovias Infraestrutura aprovou o terceiro programa de recompra de ações. Essa recompra ocorrerá sem redução de capital social e com a utilização de reservas, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como para revenda, recolocação no mercado ou lastro para planos de opção com base em ações da EcoRodovias Infraestrutura, observados:(i) as normas expedidas pela CVM e demais disposições legais aplicáveis, em especial o artigo 30, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (alterada pela Instrução CVM nº 10, de 14 de fevereiro de 1980); (ii) o artigo 14, inciso XIV, do Estatuto Social da EcoRodovias Infraestrutura; e (iii) os termos e as condições a seguir:

- Prazo: 365 dias a contar de 06 de junho de 2013.
- Quantidade de ações em circulação no mercado: 200.669.081 ações ordinárias.
- Quantidade de ações a serem adquiridas: serão adquiridas, no máximo, 1.700.000 de ações ordinárias.

A EcoRodovias Infraestrutura mantém em tesouraria 543.576 ações ordinárias calculadas com base na cotação média do último dia de pregão em 28 de junho de 2013, de R\$15,66. O valor total dessas ações, cujo cálculo tem como base a cotação média do pregão de 28 de junho de 2013, é de R\$8.512.

e) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

O montante de dividendos pagos em 2013 no valor de R\$454.070 refere-se a: R\$88.798 saldo de dividendos remanescentes de 2011, aprovado na Assembléia Geral Ordinária realizada em 25 de abril de 2012; R\$245.840 saldo de dividendos remanescentes de 2012, aprovado na Assembléia Geral Ordinária realizada em 25 de abril de 2013; R\$119.432 dividendos intermediários e juros sobre o capital próprio do exercício de 2013, calculados conforme segue:

Notas Explicativas

	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Lucro líquido do exercício	138.996	266.768	242.718
Constituição da reserva legal	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(6.839)</u>
Base de cálculo dos dividendos	<u>138.996</u>	<u>266.768</u>	<u>235.879</u>
Dividendos intermediários pagos	110.430	-	10.000
Juros sobre o capital próprio pagos	<u>9.002</u>	<u>20.928</u>	<u>21.373</u>
Saldo de dividendos	<u>19.564</u>	<u>245.840</u>	<u>204.506</u>
Dividendos pagos em 2012	-	-	<u>115.708</u>
Dividendos pagos em 2013	-	<u>245.840</u>	<u>88.798</u>

21. RECEITA LÍQUIDA

	<u>30/06/2013</u>	<u>30/06/2012</u>
Receita com arrecadação de pedágio:		
Pedágio em numerário	143.094	143.772
Pedágio por equipamento eletrônico (c)	217.707	192.560
Vale-pedágio e pedágio em cupons	30.511	25.600
Outras	<u>270</u>	<u>354</u>
	391.582	362.286
Receitas com construção	66.939	18.272
Receitas acessórias (a)	<u>17.920</u>	<u>18.641</u>
	84.859	36.913
Receita bruta	476.441	399.199
Deduções de receita - PIS, Cofins e ISS (b)	<u>(35.198)</u>	<u>(32.635)</u>
Receita líquida	<u>441.243</u>	<u>366.564</u>

(a) Referem-se a arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos, entre outros.

(b) Sobre a receita de construção não há incidência de impostos sobre faturamento.

(c) Referem-se a receita da parte relacionada STP – Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A..

Notas Explicativas**22. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA**

	<u>30/06/2013</u>	<u>30/06/2012</u>
Pessoal	15.415	14.685
Conservação e manutenção	9.633	7.072
Serviços de terceiros (a)	40.735	42.985
Seguros (Vide nota explicativa nº 28)	2.184	1.990
Poder Concedente (b)	12.285	11.428
Provisão para manutenção	15.999	16.705
Custos com construção	66.939	18.272
Depreciações e amortizações	36.642	34.693
Locações de imóveis e máquinas	1.439	1.646
Outros custos e despesas operacionais	<u>8.938</u>	<u>8.799</u>
	<u>210.209</u>	<u>158.275</u>
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	187.564	130.486
Despesas gerais e administrativas	<u>22.645</u>	<u>27.789</u>
	<u>210.209</u>	<u>158.275</u>

(a) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza e vigilância e outros.

(b) O valor pago ao Poder Concedente, incluindo ônus da concessão divulgado na nota explicativa nº 18, foi de R\$19.736 no semestre findo em 30 de junho de 2013 (R\$18.549 em 30 de junho de 2012).

23. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>30/06/2013</u>	<u>30/06/2012</u>
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	7.944	3.681
Variação monetária sobre debêntures	-	886
Juros ativos	5.382	-
Outras	<u>301</u>	<u>33</u>
	<u>13.627</u>	<u>4.600</u>
Juros sobre debêntures	(16.718)	(15.311)
Juros sobre arrendamento mercantil financeiro	-	(66)
Variação monetária sobre debêntures	(12.644)	(7.401)
Variação monetária sobre direito de outorga	(3.631)	(4.834)
Amortização de custos com emissão de debêntures	(3.517)	(588)
Ajuste a valor presente - provisão para manutenção - interpretação técnica ICPC 01	(1.201)	(1.202)
Variação monetária sobre obrigações fiscais e trabalhistas	(720)	(960)
Outras	<u>(350)</u>	<u>(617)</u>
	<u>(38.781)</u>	<u>(30.979)</u>
Resultado financeiro	<u>(25.154)</u>	<u>(26.379)</u>

Notas Explicativas

24. LUCRO POR AÇÃO

a) Lucro básico

O lucro e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usada no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	<u>30/06/2013</u>	<u>30/06/2012</u>
Lucro do período atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação	<u>138.996</u>	<u>123.794</u>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	<u>270.386</u>	<u>270.386</u>
Lucro básico por ação das operações continuadas	<u>0,51</u>	<u>0,46</u>

b) Lucro diluído

A Companhia não possui dívida conversível em ações e não efetua diluição pelo plano de opção de ações, divulgada na nota explicativa 20.d, pois o plano de opção é da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

25. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS - PLR

A Companhia tem como política a distribuição de Participação nos Lucros e Resultados - PLR aos seus funcionários vinculada a um plano de metas e objetivos específicos, que são estabelecidos e pagos em conformidade com o acordo coletivo de trabalho com o sindicato da categoria. Em 30 de junho de 2013, a PLR foi de R\$650 (R\$952 em 30 de junho de 2012), a qual foi apropriada ao resultado nas rubricas “Custo dos serviços prestados” e “Despesas gerais e administrativas”.

26. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital, para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estratégia geral da Companhia permanece inalterada desde 2010.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (arrendamento mercantil financeiro e debêntures detalhados nas notas explicativas nº 13 e nº 14 e o credor pela concessão detalhado na nota explicativa nº 18, deduzidos de caixa e saldo de bancos) e pelo patrimônio líquido da Companhia (que inclui capital emitido, reservas e lucros acumulados, conforme apresentado na nota explicativa nº 20).

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.

Notas Explicativas

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos.

Risco de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

A Companhia não apresentava saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações do IGP-M, do IPCA e do CDI, relativos a empréstimos em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Considerações gerais

- A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como empréstimos e recebíveis.
- Aplicações financeiras: são formadas por CDB e fundos de investimentos e renda fixa, remunerados a taxa média ponderada de 101,2% do CDI, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços.
- Clientes: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis e estão registrados pelos valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Arrendamento mercantil financeiro, debêntures e credor pela concessão: classificados como outros passivos financeiros; portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação.

Notas Explicativas

Os índices de endividamento são os seguintes:

	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Dívida (i)	1.099.477	293.522
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários - vinculados	<u>(474.980)</u>	<u>(44.605)</u>
Dívida líquida	<u>624.497</u>	<u>248.917</u>
Patrimônio líquido (ii)	<u>382.725</u>	<u>571.095</u>
Índice de endividamento líquido	<u>1,63</u>	<u>0,44</u>

(i) A dívida é definida como arrendamento mercantil financeiro, debêntures e credor pela concessão circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas notas explicativas nº 13, nº 14 e nº 18.

(ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Os valores contábil e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 30 de junho de 2013 são como segue:

		<u>Contábil</u>	<u>Mercado</u>
Ativos:			
Caixa e bancos (ii)	Empréstimos e recebíveis	4.024	4.024
Clientes (i)	Empréstimos e recebíveis	54.679	54.679
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários (ii)	Empréstimos e recebíveis	470.956	470.956
Passivos:			
Fornecedores (i)	Outros passivos financeiros	14.448	14.448
Debêntures (iii)	Outros passivos financeiros	1.036.273	1.006.007
Credor pela concessão	Outros passivos financeiros	63.204	74.366

(i) Os saldos das rubricas “Clientes” e “Fornecedores” possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias; portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia.

(ii) Os saldos de caixa e bancos, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários aproximam-se do valor justo nas datas dos balanços.

(iii) As debêntures foram calculadas por meio de fluxo de caixa descontado, com base nas parcelas a vencer, considerando as cláusulas de resgate antecipado, incluso na escritura das debêntures, e conforme Preço Unitário - PU atualizado.

As referidas taxas e PUs utilizadas para as projeções de mercado foram extraídas das seguintes fontes externas independentes: www.cetip.com.br, www.bcb.gov.br,

Notas Explicativas

www.ibge.gov.br, www.fgv.br, www.fiduciario.com.br, www.oliveiratrust.com.br e www.pentagonotrustee.com.br.

a) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos circulantes e não circulantes em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas.

A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

b) Risco de crédito

Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa, equivalentes de caixa e clientes.

A Companhia mantém contas-correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 30 de junho de 2013, a Companhia apresentava valores a receber da empresa Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R\$39.944 (R\$44.389 em 31 de dezembro de 2012), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Clientes”.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura, que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora indireta gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

<u>Modalidade</u>	<u>Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.</u>	<u>Próximos 12 meses</u>	<u>Entre 13 e 24 meses</u>	<u>Entre 25 e 36 meses</u>	<u>37 meses em diante</u>
Credor pela concessão	IGP-M	16.916	6.193	12.449	27.596
Debêntures	IGP-M + 9,5% a.a.	111.326	55.531	-	-
Debêntures	104% do CDI	17.577	-	-	-
Debêntures	IPCA + 3,80% a.a.	8.079	8.479	8.931	321.714
Debêntures	IPCA + 4,28% a.a.	30.986	32.517	34.253	1.469.117

Notas Explicativas

Análise de sensibilidade

Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do período. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo o valor do passivo em aberto no fim do período.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, do IPCA e do IGP-M, principais indicadores das debêntures contratados pela Companhia:

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Juros a incorrer</u>		
		<u>Cenário I - provável</u>	<u>Cenário II - 25%</u>	<u>Cenário III - 50%</u>
Juros sobre aplicações financeiras	Baixa do CDI	34.969	43.686	52.405
Juros sobre a 1ª série das debêntures	Alta do CDI	(487)	(604)	(718)
Juros sobre a 2ª e 3ª séries das debêntures	Alta do IGP-M	(1.271)	(2.902)	(3.480)
Juros sobre a 1ª e 2ª séries das debêntures	Alta do IPCA	(47.566)	(59.426)	(71.273)
Juros sobre credor pela concessão	Alta do IGP-M	<u>(60)</u>	<u>(75)</u>	<u>(90)</u>
Juros a incorrer, líquidos		(14.415)	(19.321)	(23.606)

Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia está apresentando o cenário provável definido com base na expectativa da Administração e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, apresentados, de acordo com a regulamentação, como cenário II e cenário III, respectivamente.

As taxas consideradas foram as seguintes:

<u>Indicador</u>	<u>Cenário I - provável</u>	<u>Cenário II - 25%</u>	<u>Cenário III - 50%</u>
CDI (a)	8,53%	10,66%	12,79%
IGP-M (b)	4,80%	6,03%	7,28%
IPCA (c)	5,70%	7,17%	8,66%

(a) Refere-se à taxa do CDI projetada para 12 meses.

(b) Refere-se à taxa do IGP-M projetada para 12 meses.

(c) Refere-se à taxa do IPCA projetada para 12 meses.

As referidas taxas utilizadas para as projeções de mercado foram extraídas das seguintes fontes

Notas Explicativas

externas independentes: Tendências Consultoria, www.cetip.com.br, www.bcb.gov.br, www.ibge.gov.br e www.fgv.br.

27. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia possui Plano de Previdência Privada, na modalidade de contribuição definida, cujos custos são previsíveis e passíveis de controle e administração, para o qual a Companhia e o colaborador contribuem na mesma paridade de valores para os salários superiores a R\$3,2, até o limite de 10% do salário nominal, e, para salários abaixo desse valor, a Companhia contribui com 1% do salário nominal do colaborador. Em 30 de junho de 2013, a Companhia contribuiu com a quantia de R\$116 (R\$87 em 30 de junho de 2012), registrada na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

28. SEGUROS CONTRATADOS

A Companhia tem cobertura de seguros em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, de acordo com o respectivo contrato de concessão, riscos de engenharia operacionais, entre eles problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias.

Em 30 de junho de 2013, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

<u>Modalidade</u>	<u>Vigência</u>	<u>Cobertura</u>
Seguro-garantia	Maio de 2013 a maio de 2014	274.265
Seguro-garantia	Maio de 2013 a maio de 2014	10.970
Responsabilidade civil	Maio de 2013 a maio de 2014	814.935
“All Risks” - danos materiais	Maio de 2013 a maio de 2014	2.685.331
“All Risks” - engenharia	Maio de 2013 a maio de 2014	74.041
“All Risks” - perda de receita	Maio de 2013 a maio de 2014	814.935
Equipamentos	Maio de 2013 a maio de 2014	1.681
Veículos	Junho de 2013 a junho de 2014	Tabela Fipe

29. CONTRATO DE CONCESSÃO

A Ecovias iniciou suas atividades em 29 de maio de 1998 e tem como objeto social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo.

O Sistema Anchieta-Imigrantes, com extensão total de 176,8 km, é constituído basicamente por: (a) Rodovia Anchieta (SP-150 - entre o km 9,7 e o km 65,6); (b) Rodovia dos Imigrantes (SP-160 - entre o km 11,5 e o km 70,0); (c) Interligação Planalto (SP-041 - em uma extensão de 8 km); (d) Interligação Baixada (SP-059 - em uma extensão de 1,8 km); (e) Rodovia Padre

Notas Explicativas

Manoel da Nóbrega (SP-055/170 - entre o km 270,6 e o km 292,2); e (f) Rodovia Cônego Domênico Rangoni (SP-055/248 - entre o km 0 e o km 8,4 e entre o km 248,0 e o km 270,6).

A concessão, pelo prazo de 20 anos e mediante a cobrança de pedágios, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes, recuperação das rodovias existentes, construções de pistas marginais, implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, conservações preventivas, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágios.

Em 21 de dezembro de 2007, através do Termo Aditivo e Modificativo nº 10, a Companhia obteve a prorrogação do prazo de concessão por mais 70 meses, em virtude do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão. O contrato de concessão possui vigência até março de 2024.

Em 13 de novembro de 2012, através do Termo Aditivo nº 16/12, a Companhia obteve a prorrogação do prazo de concessão por mais 18 meses e 11 dias, em virtude do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, em decorrência da inclusão de novas obras e serviços no valor de R\$328.719, que incluem a remodelação do trevo localizado no km 55 da Rodovia Anchieta, com implantação de um anel viário interligando as rodovias Anchieta, Cônego Domênico Rangoni, Imigrantes e Padre Manoel da Nóbrega, e a construção de uma terceira faixa em ambos os sentidos na Rodovia Cônego Domênico Rangoni, entre o km 270 e o km 262, na região do Pólo Industrial de Cubatão. O contrato de concessão possui vigência até setembro de 2025.

A Companhia assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

a) Ampliação principal:

- Duplicação da Rodovia dos Imigrantes, entre o km 41,0 e o km 58,0 (pista descendente), em 17 de dezembro de 2002, com a entrega da obra.

b) Pagamento de:

- Direito de outorga, em parcelas mensais de valores definidos durante o período de concessão, no valor total de R\$87.000 (R\$44.857 ajustados a valor presente no reconhecimento inicial), acrescido de atualização monetária com base na variação do IGP-M da FGV, conforme descrito na Nota Explicativa nº 18.
- 3% da arrecadação sobre as receitas derivadas da exploração do sistema rodoviário.

Ao término do período da concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A concessionária terá direito à indenização correspondente ao saldo amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão.

O contrato de concessão da Companhia foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que a Companhia tem o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

Notas Explicativas

	<u>30/06/2013</u>	<u>30/06/2012</u>
Receita de construção	66.939	18.272
Custos de construção	(66.939)	(18.272)

A Companhia estima o montante relacionado a seguir, em 30 de junho de 2013, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final do Contrato de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados.

<u>Natureza dos Custos</u>	<u>30/06/2013</u> <u>Previsão de 2013-2018</u>
Melhorias na infraestrutura	405.380
Conservação especial	300.022

Em decorrência da Deliberação do Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transportes do Estado de São Paulo (“ARTESP” ou “Poder Concedente”), de 27 de julho de 2011, o Poder Concedente elaborou e a Companhia concordou com o TAM em 15 de dezembro de 2011, que prevê a substituição do índice de reajuste das tarifas de pedágio do IGP-M para o IPCA, a fim de uniformizar toda a sistemática de reajuste de tarifas de pedágios de rodovias, sendo mantidos a periodicidade anual e o mês de referência do ajuste. A alteração do índice do reajuste implicará a revisão contratual em base anual perante o Poder Concedente, para verificação de existência de desequilíbrio econômico decorrente da utilização do novo índice, que poderá determinar o reequilíbrio em favor da Companhia ou do Poder Concedente, através de alteração do prazo de concessão ou por outra forma definida em comum acordo entre as partes. As cláusulas do TAM entrarão em vigor a partir da autorização do Secretário Estadual de Logística e Transportes que condicionou a sua aplicação a partir de 1º de julho de 2013.

30. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões são tomadas.

A área de concessão da Companhia é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Companhia.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos
Administradores e Acionistas da
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.
São Bernardo do Campo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2013, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2013, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria do exercício e revisão dos valores correspondentes ao mesmo período do exercício anterior

As informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais, relativas ao balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2012 e as demonstrações intermediárias do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2012 e das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2012, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas e revisadas, respectivamente, por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria datado de 17 de abril de 2013, e relatório de revisão datado de 3 de agosto de 2012,

sem modificações.

São Paulo, 5 de agosto de 2013.

Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S
CRC-2SP015199/O-6

Luiz C. Passetti Ezequiel Litvac
Contador CRC-1SP144343/O-3 Contador CRC-1SP-249186/O-5